

Porto Alegre, 21 de março de 2020.

Boletim Técnico nº 39/2020

Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que altera a Lei nº 13.979/2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979/2020. Definição de serviços públicos e atividades essenciais. Outras considerações.

1. Foi publicada, no Diário Oficial da União, do dia 20 de março de 2020, edição-G, a Medida Provisória nº 926, de mesma data, que dispõe sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19). No mesmo dia e na mesma edição, foi publicado o Decreto Federal nº 10.282, que regulamenta a Lei nº 13.979/2020 para definir serviços públicos e atividades essenciais – o qual foi republicado em 21 de março, na edição extra-H.

ALTERAÇÕES NAS MEDIDAS EXCEPCIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

2. Conforme expusemos em nosso Boletim Técnico nº 31, o art. 3º da Lei nº 13.979/2020 define medidas que, dentre outras, podem ser adotadas pelos entes federados para enfrentamento da emergência de saúde pública causada

pela epidemia de Coronavírus. A Medida Provisória nº 926/2020, alterou a redação do inciso IV, para dispor:

VI - restrição excepcional e temporária, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por rodovias, portos ou aeroportos de:

- a) entrada e saída do País; e
- b) locomoção interestadual e intermunicipal;

Essa alteração tem relação com a nova redação, dada pela MP nº 926/2020, do § 10 do art. 3º, que exige, para isolamento, quarentena e restrição temporária e excepcional de entrada e saída do país e locomoção entre os entes federados, **quando afetarem a execução de serviços públicos e atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas**, a possibilidade de sua adoção somente quando houver **ato específico e desde que em articulação prévia com o órgão regulador ou o Poder concedente ou autorizador**.

A regra vem ao encontro da nova redação dada pelo Decreto Estadual nº 55.130/2020 ao inciso VIII do art. 2º do Decreto Estadual nº 55.128/2020, impedindo os Municípios de adotarem medidas restritivas ao ingresso e à saída de pessoas e veículos de seus limites territoriais. Tanto na norma federal, quanto na estadual, ressalva-se a competência constitucional da União e dos Estados para a restrição da locomoção de pessoas. Logo, a dúvida acerca da possibilidade de os Municípios fecharem seus acessos, isolando-se para evitar ou, ao menos, retardar a contaminação epidêmica, fica resolvida: tal só poderá ocorrer mediante ato específico autorizativo do Estado ou, no caso de Município situado em limite territorial estadual ou nacional, da União.

2. Outro aspecto de inovação da MP nº 926/2020 é relativo a nova redação do § 11 do art. 3º da Lei nº 13.979/2020, vedando que os entes federados restrinjam a circulação de trabalhadores, de modo que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais – os quais foram definidos por meio do Decreto Federal nº 10.282/2020. Além disso, também ficou vedada a

restrição ao trânsito de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população.

SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES ESSENCIAIS

3. Como referido, o § 9º do art. 3º da Lei nº 13.979/2020, com redação dada pela MP nº 926/2020, determinou que decreto da Presidência da República definiria os serviços públicos e atividades essenciais. Assim, o Decreto Federal nº 10.282/2020 estabeleceu o seguinte rol:

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º. § 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;

V - transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros e o transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI - telecomunicações e internet;

VII - serviço de call center;

VIII - captação, tratamento e distribuição de água;

IX - captação e tratamento de esgoto e lixo;

X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

XI - iluminação pública;

XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XIII - serviços funerários;

XIV - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

- XV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XVI - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;
- XVII - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVIII - vigilância agropecuária internacional;
- XIX - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
- XX - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XXI - serviços postais;
- XXII - transporte e entrega de cargas em geral;
- XXIII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XXIV - fiscalização tributária e aduaneira;
- XXV - transporte de numerário;
- XXVI - fiscalização ambiental;
- XXVII - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- XXVIII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
- XXIX - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;
- XXX - mercado de capitais e seguros;
- XXXI - cuidados com animais em cativeiro;
- XXXII - atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;
- XXXIII - atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e assistência social;
- XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) - Estatuto da Pessoa com Deficiência; e
- XXXV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 3º É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais, e de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população.

§ 4º Para fins do cumprimento ao disposto neste Decreto, os órgãos públicos e privados disponibilizarão equipes devidamente preparadas e dispostas à execução, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 5º Os órgãos públicos manterão mecanismos que viabilizem a tomada de decisões, inclusive colegiadas, e estabelecerão canais permanentes de interlocução com as entidades públicas e privadas federais, estaduais, distritais e municipais.

§ 6º As limitações de serviços públicos e de atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas somente poderão ser adotadas em ato específico e desde que em articulação prévia do com o órgão regulador ou do Poder concedente ou autorizador.

§ 7º Na execução dos serviços públicos e das atividades essenciais de que trata este artigo devem ser adotadas todas as cautelas para redução da transmissibilidade da covid -19.

Art. 4º Os Poderes Judiciário e Legislativo, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública definirão suas limitações de funcionamento.

Art. 5º Resolução do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 poderá definir outros serviços públicos e atividades considerados essenciais e editar os atos necessários à regulamentação e à operacionalização do disposto neste Decreto.

4. A nosso ver, este não é um rol exaustivo, dado que não suprime a competência legislativa residual do Estado para tratar de assuntos de interesse regional, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição, tampouco dos Municípios, que possuem competência legislativa e material para tratar de assuntos de interesse local, na forma do inciso I do art. 30 da Constituição da República. Assim, lembramos que o § 9º do art. 2º do Decreto Estadual nº 55.128/2020, acrescido pelo Decreto Estadual nº 55.130/2020, traz um rol um pouco diverso dos serviços essenciais:

Art. 2º Ficam determinadas, pelo prazo de quinze dias, diante das evidências científicas e análises sobre as informações estratégicas em saúde, limitadamente ao indispensável à promoção e à preservação da saúde pública, com fundamento no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, as seguintes medidas:

[...]

§ 9º São consideradas atividades privadas essenciais, ficando vedado o seu fechamento, dentre outras, os seguintes serviços:

I - assistência médica e hospitalar;

II - produção, distribuição e comercialização de medicamentos, produtos de higiene e alimentos;

III - tratamento e abastecimento de água;

IV - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

V - coleta e tratamento de lixo e esgoto;

VI - telecomunicações;

VII - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

VIII - segurança privada;

IX - serviços de manutenção, de reparos ou de consertos de veículos, pneumáticos, elevadores e de outros equipamentos essenciais ao transporte, à segurança e à saúde, bem como à produção, industrialização e transporte de alimentos e produtos de higiene;

X - imprensa;

XI - agropecuários e veterinários; e

XII - funerários.

Reforçamos que nem a relação de serviços da União, tampouco a do Estado do Rio Grande do Sul, são taxativas, podendo, o Município, reconhecer outros serviços públicos ou de interesse público essenciais no seu território – tanto é que assim o fizemos em nosso modelo de anteprojeto de decreto para declaração de calamidade pública municipal, Plei0083-3. Com efeito, pela reserva de competência, deverá observar as listagens federal e estadual, não podendo suprimir serviços ou atividades nelas previstas. Além disso, como referimos acima, o § 7º do art. 3º do Decreto Federal nº 12.282/2020 exige, na execução dos

serviços públicos e das atividades essenciais, que os responsáveis providenciem a adoção de todas as cautelas para redução da transmissibilidade da COVID-19.

Eventual limitação aos serviços públicos e atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas, somente poderão ser adotadas cumpridos dois requisitos: (a) ser realizada em ato específico e (b) ser adotada em articulação prévia com o órgão regulador ou o Poder concedente ou autorizador do serviço ou da atividade. Caso o órgão regulador ou o Poder concedente do serviço público, tratar-se-á de decisão de gestão, a ser devidamente fundamentada em despacho da autoridade competente.

5. Ainda, é necessário salientar que os órgãos públicos e privados deverão disponibilizar equipes devidamente preparadas e dispostas à execução, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais. Isso não significa que o Município deva dispor de pessoas para a execução dos serviços públicos ou das atividades essenciais. Isso só ocorrerá no caso de requisição, nos termos do inciso VII do art. 3º da Lei nº 13.979/2020.

Outrossim, deverão manter mecanismos que viabilizem a tomada de decisões, inclusive colegiadas, além de estabelecer canais permanentes de interlocução com as entidades públicas e privadas federais, estaduais, distritais e municipais. Trata-se de uma forma de atuação interfederativa que permita aos Municípios a troca de informações e o recebimento de orientações do comando estadual e nacional de enfrentamento à epidemia.

DAS CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

6. Como anunciado em nosso Boletim Técnico nº 35/2020, a Lei nº 13.979/2020 criou, no art. 4º, uma nova hipótese de dispensa de licitação,

temporária e aplicável apenas durante o período da decretação de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo Coronavírus.

No entanto, a MP nº 926/2020 trouxe consideráveis alterações ao referido diploma legal, bem como novas previsões, não só no tocante à dispensa de licitação, bem como à realização de pregão eletrônico e vigência da própria norma, as quais passam-se a explicitar, pontualmente.

7. O caput do art. 4º foi alterado para a inclusão, dentre os objetos passíveis de serem contratados via dispensa de licitação, os serviços de engenharia, anteriormente omissos.

Foi acrescido o § 3º ao art. 4º para dispor que, em caráter excepcional, haverá a possibilidade de a Administração contratar fornecedores e prestadores de serviços com declaração de inidoneidade vigente, assim como suspensos do direito de participar de licitações e contratar com o Poder Público, naqueles casos em que, comprovadamente, esse for o único fornecedor ou prestador de serviço existente para ser contratado.

Ademais, foram criados os arts. 4º-A a 4º-I, tratados a seguir:

7.1 O art. 4º-A esclarece que os bens e serviços passíveis de serem contratados por dispensa, referidos no caput, não se restringem a equipamentos novos, porém, caberá ao contratado, como condição de contratação, se responsabilizar pelas condições de uso e funcionamento do bem.

7.2 O art. 4º-B dispõe as condições autorizadoras das dispensas de licitação, ou seja, quais os pressupostos devem ser observados pela Administração para a sua legal realização:

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

I - ocorrência de situação de emergência; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

Em que pese a Lei nº 13.979/2020, antes das alterações sofridas pela MP nº 926/2020, fosse omissa quanto às condições a serem observadas, importa ressaltar que a orientação desta Consultoria já vinha nesse sentido, de o objeto a ser contratado guardar relação e limitação com o necessário ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus, conseqüentemente justificando-se a situação emergencial, conforme se pode constatar no item 5 do Boletim Técnico nº 35/2020.

7.3 O art. 4º-C dispensa a elaboração de estudos preliminares, inerentes à etapa de planejamento das contratações, quando o objeto a ser contratado referir-se a bens e serviços comuns, podendo ser entendidos esses como os do conceito do parágrafo único do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, Lei do Pregão: *“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”*.

7.4 O art. 4º-D, na linha do anterior, também dispensa a elaboração do gerenciamento de riscos da contratação, o exigindo apenas quando da gestão do contrato, não sendo necessário, portanto, no planejamento da contratação.

7.5 O art. 4º-E traz a possibilidade de, para todas as contratações necessárias ao enfrentamento da emergência disposta na Lei nº 13.979/2020, o respectivo termo de referência ou projeto básico, obrigatório também nos casos de dispensa, conforme art. 7º, § 9º, da Lei nº 8.666/1993, Lei de Licitações¹, ser elaborado em formato simplificado, de acordo com o rol do § 1º, contendo, para tanto:

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

I - declaração do objeto; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

II - fundamentação simplificada da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

III - descrição resumida da solução apresentada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

IV - requisitos da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

V - critérios de medição e pagamento; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

a) Portal de Compras do Governo Federal; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

¹ Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

[...]

§ 9º O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

d) contratações similares de outros entes públicos; ou [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

VII - adequação orçamentária. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

Importante destacar, dentre os requisitos acima, a necessidade de estimativas dos preços obtidos, conhecida como pesquisa de mercado, através de, pelo menos, um dos meios elencados, lembrando que, no entendimento dos órgãos de controle, inclusive o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS, estimativa compõe-se por, no mínimo, 3 (três) preços. Assim, ainda que extraído do mesmo meio de orçamentação, caberá à Administração a busca 3 (três) preços praticados para o objeto a ser contratado.

No entanto, o § 2º prevê que, em caráter excepcional e com base em justificativa da autoridade competente, a estimativa de preços a que se refere o inciso VI do § 1º do art. 4º-E, poderá ser dispensada. Nessa hipótese, recomenda-se cautela, uma vez se tratar de procedimento excepcional, que dependerá, além da análise do gestor, da respectiva justificativa da inviabilidade de obtenção das estimativas de preços. Ainda, o § 3º aduz que a Administração não está limitada ao valor médio resultante da estimativa obtida, caso tenha havido oscilação mercadológica de preços, que deverá ser justificada nos autos do processo de dispensa.

7.6 O art. 4º-F possibilita que a Administração, nos casos de restrição de fornecedores ou prestadores de serviços e mediante justificativa, dispense a apresentação de documentos de regularidade fiscal e trabalhista, bem como dos demais requisitos de habilitação, aqueles elencados nos arts. 28 a 31, da Lei de Licitações, com exceção da prova de regularidade perante a Seguridade Social,

inclusive por força de previsão no art. 195², § 3º, e da declaração de cumprimento ao art. 7º, inciso XXXIII³, conhecida como declaração de não emprego de menores, ambos da Constituição da República.

8. Por outro lado, o art. 4º-G tratou das contratações realizadas por pregão, seja presencial ou eletrônico, mas desde que referente aos serviços e bens necessários ao enfrentamento da emergência da pandemia do Coronavírus.

Ele previu que os prazos indicados no procedimento licitatório, modalidade pregão, ficarão reduzidos pela metade, com vistas à celeridade e urgência na obtenção do objeto pretendido. Caso o prazo seja correspondente a número ímpar, a exemplo do prazo de recurso de 3 (três) dias, a Administração deverá considerar o número inteiro anterior, nesse exemplo, 2 (dois) dias, sendo a metade, 1 (um) dia de prazo recursal, vide § 1º do art. 4º-G.

9. O art. 4º-H disciplinou o prazo de vigência dos contratos decorrentes da Lei nº 13.979/2020. Esses poderão ter duração de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, desde que mantida a situação emergencial de saúde pública, derivada do enfrentamento da pandemia, o que deverá ser devidamente justificado e demonstrado pela Administração, quando da consequente prorrogação, que se dará através de termo aditivo ao contrato.

Ainda sobre a execução contratual, o art. 4º-I permite que a Administração preveja nos contratos celebrados em razão da Lei n 13.979/2020, que

2 Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

[...]

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

3 Art. 7º. [...]

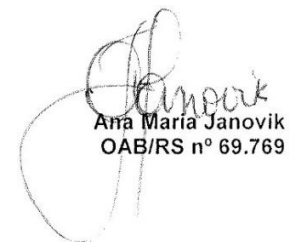
XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

o contratado ficará obrigado aceitar, nas mesmas condições em que contratado, as alterações que se fizerem necessárias ao objeto, seja para acréscimo ou para supressão, desde que observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

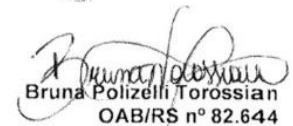
10. Por fim, o art. 8º preconiza que a Lei nº 13.979/2020 vigorará *“enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*, salvo nos casos dos prazos previstos nos contratos celebrados com base no art. 4º-H que, por possuírem efeitos próprios, terão suas vigências mantidas de acordo com o disposto no respectivo instrumento.

11. O inteiro teor da Medida Provisória nº 926/2020 está disponível no endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv926.htm, estando, o texto da Lei nº 13.979/2020, consolidado neste link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm.

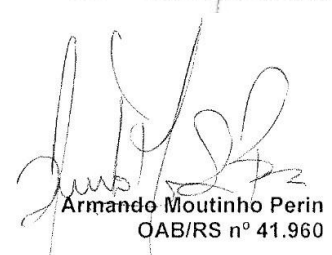
Já a íntegra do Decreto Federal nº 10.282/2020 pode ser acessada através do seguinte endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm.



Ana Maria Janovik
OAB/RS nº 69.769



Bruna Polizelli Torossian
OAB/RS nº 82.644



Armando Moutinho Perin
OAB/RS nº 41.960

ADEQUADO À LEI FEDERAL Nº 13.979/2020, AO DECRETO FEDERAL Nº 10.282/2020 E ALTERAÇÕES E AO DECRETO ESTADUAL 55.128/2020 E ALTERAÇÕES. **ATENÇÃO! TRATA-SE DE TEXTO SUGESTIVO, QUE MERECE ANÁLISE LOCAL DETIDA E AS ADEQUAÇÕES PERTINENTES. RECOMENDAMOS, AINDA, NESTE CONTEXTO, A LEITURA DOS BOLETINS TÉCNICOS ELABORADOS ACERCA DA MATÉRIA.**

0083-3 atualizado em 29 de março de 2020.

ANTEPROJETO DE DECRETO MUNICIPAL

Declara estado de calamidade pública⁴ e dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID-19), no Município de _____.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso ____ do art. ____ da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e _____

⁴ De acordo com a definição do Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que regulamenta a legislação relativa ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, o estado de calamidade pública é a “situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido”, enquanto desastre é definido como o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. Nesse contexto, a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID-19) pode ser considerada um desastre. Tendo em conta a grande intensidade, ou seja, os prejuízos provocados, que não são superáveis e suportáveis pelo governo local, bem como o restabelecimento da situação de normalidade, que não depende apenas do Município, mas, sim, da ação coordenada de todos os entes federativos, é possível, a partir da análise feita pela gestão e dos levantamentos e parecer técnico da Defesa Civil Municipal, a decretação do estado de calamidade pública, seguindo o regramento da Instrução Normativa nº 2/2016, do Ministério da Integração Nacional.

de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a emergência em saúde pública de importância nacional declarada pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em razão do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Nacional nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)”;

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, também do Ministério da Saúde, que regulamenta e operacionaliza a Lei nº 13.797/2020, estabelecendo medidas para o enfrentamento da emergência em saúde pública;

COSIDERANDO que a União publicou o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº 13.979/2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, bem como alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Estado do Rio Grande do Sul publicou o Decreto nº 55.115, de 13 de março de 2020, dispondo sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio do vírus, no âmbito estadual, e todas as alterações posteriores,

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado estado de calamidade pública, no Município de _____, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID-19), pelo mesmo período que

perdurar a calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, conforme Decreto Estadual nº 55.128, de 28 de março de 2020.⁵

Art. 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública, tornam-se obrigatórias as medidas excepcionais previstas neste Decreto.

§ 1º Determina-se o distanciamento social de todos os habitantes do Município, só podendo haver circulação de pessoas para providências relativas à subsistência própria e de suas famílias, para consumo de bens ou serviços autorizados a funcionamento na forma deste Decreto.

§ 2º Ficam interditados, no território do Município, praças e parques públicos, bem como praias do litoral e águas internas.

CAPÍTULO I DOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS

Art. 3º O funcionamento dos empreendimentos públicos e privados seguirá o disposto no Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020, e alterações posteriores.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais só poderão funcionar no horário das ____ horas às ____ horas, em todo território municipal.

§ 2º O consumo de alimentos no interior de restaurantes, bares, padarias e lancherias e similares deve observar as regras do inciso IV do art. 3º do Decreto Estadual de que trata o *caput*, devendo, a atividade, ser realizada preferencialmente por meio de retirada em balcão, serviço de *drive-thru* e entrega em domicílio.

⁵ O Município tem competência para decretar a situação anormal de calamidade pública pelo prazo necessário para o enfrentamento de medidas extremas e excepcionais que entender cabíveis. No entanto, o Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 55.130, de 20 de março de 2020, estabelece medidas urgentes pelo prazo de 15 dias, conforme art. 2º. Evidente que esse prazo pode ser prorrogado, quantas vezes se fizer necessário, por outros Decretos Estaduais. Assim, a redação desse modelo visa que o Poder Público local tenha amparo legal para as medidas adotadas no território municipal não apenas no decreto expedido, mas também nas normas estaduais.

§ 3º As lojas de conveniência de postos de combustíveis, em território municipal, à exceção daquelas situadas em rodovias, só poderão funcionar no horário compreendido entre as 7h e as 19h, de segunda a sábado.

§ 4º Sempre que possível, os estabelecimentos deverão adotar, de forma preferencial, o sistema de entrega em domicílio de seus produtos, e, em quaisquer dias e horários, evitar a aglomeração de pessoas nos seus espaços de circulação e dependências.

§ 5º Fica determinado o fechamento dos "shopping centers" e centros comerciais, à exceção de farmácias, clínicas de atendimento na área da saúde, supermercados, agências bancárias, restaurantes e locais de alimentação nestes estabelecidos, bem como de seus respectivos espaços de circulação e acesso.

Seção I **Medidas Sanitárias Obrigatórias**

Art. 4º Todos os estabelecimentos autorizados a funcionar deverão:

I – afixar, em local visível de seus estabelecimentos, informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção do COVID-19 (novo Coronavírus);

II – higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool em gel setenta por cento ou outro produto adequado;

III – higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada a cada três horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes, forro e banheiro, preferencialmente com água sanitária ou outro produto adequado;

IV – manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso, álcool em gel setenta por cento, para a utilização dos clientes e funcionários do local;

V – manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma

janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

VI – manter disponível “kit” completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel setenta por cento e toalhas de papel não reciclado;

VII – diminuir o número de pessoas no local, buscando guardar a distância mínima recomendada de dois metros lineares entre os consumidores;

VIII – (...) ⁶

Seção II

Das Indústrias e do Comércio em Geral

Art. 5º Os estabelecimentos industriais e comerciais, em geral, deverão adotar:

I – sistemas de escalas, de revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores;

II – providências necessárias ao cumprimento das diretrizes sanitárias de distanciamento interpessoal de, no mínimo, dois metros, observadas as demais recomendações técnicas determinadas pelo Ministério da Saúde ou pela Secretaria da Saúde;

IV – todas as medidas previstas no ar. 4º deste Decreto;

V – orientação aos seus empregados, de modo a reforçar a importância e a necessidade:

a) da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos, da utilização de produtos assépticos durante o trabalho, como álcool em gel setenta por cento, e da observância da etiqueta respiratória;

b) da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho.

⁶ Outras medidas sanitárias recomendadas pelas autoridades locais, que podem ser mais restritivas que as determinadas pelo Estado, como autoriza expressamente o art. 12-B do Decreto Estadual nº 55.128/2020.

Parágrafo único. A lotação não poderá exceder a _____% (___ por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou Plano de Prevenção Contra Incêndio – PPCI.

Seção III

Do Comércio em Restaurantes, Bares e Lancherias

Art. 6º O comércio realizado em restaurantes, bares, lanchonetes e similares, além da adoção das medidas determinadas no art. 3º deste Decreto, deverão adotar, ainda, de forma cumulativa:

I - higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool em gel setenta por cento ou outro produto adequado;

II – dispor de protetor salivar eficiente nos serviços que trabalham com “buffet”;

III – manter os talheres higienizados e devidamente individualizados de forma a evitar a contaminação cruzada;

IV – diminuir o número de mesas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre elas, diminuindo o número de pessoas no local e buscando guardar a distância mínima recomendada de dois metros lineares entre os consumidores;

V – fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento aguardando mesa;

Parágrafo único. A lotação não poderá exceder a _____% (_____) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou PPCI, bem como de pessoas sentadas.

CAPÍTULO II

DAS RESTRIÇÕES A EVENTOS E ATIVIDADES EM LOCAIS PÚBLICOS OU DE USO PÚBLICO

Seção I

Dos Eventos

Art. 7º Fica vedada a realização de eventos e de reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, com mais de 30 (trinta) pessoas.

Parágrafo único. Ficam cancelados os eventos que tenham aglomeração prevista com mais de 30 (trinta) pessoas, de forma independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração e tipo do evento.

Art. 8º Fica vedada a expedição de novos alvarás de autorização para eventos temporários, durante o período de duração do estado de calamidade pública.

Parágrafo único. Os eventos em vias e logradouros públicos ficam igualmente cancelados, à exceção de feiras de abastecimento ao público, realizadas ao ar livre, desde que organizadas de forma a não gerarem a aglomeração de mais de 1 (uma) pessoa a cada 4m² (quatro metros quadrados).

Seção II Dos Velórios

Art. 9º. Fica limitado o acesso de pessoas a velórios e afins a ____% (_____) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou PPCI.

Seção III Das Igrejas, Templos e Celebrações Religiosas

Art. 10. As celebrações religiosas em igrejas e templos só poderão ocorrer com a presença máxima de 30 pessoas, adotando-se, ainda, integralmente, as medidas previstas no art. 4º desde Decreto.

CAPÍTULO III DA MOBILIDADE URBANA

Art. 11. O sistema de mobilidade urbana operado pelo transporte coletivo urbano, o transporte metropolitano, o transporte privado, o transporte seletivo por lotação, transporte individual público ou privado de passageiros, adotará medidas de higienização e ventilação nos veículos por intermédio da abertura de janelas, conforme segue:

I – a realização de limpeza minuciosa diária dos veículos com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus como álcool líquido setenta por cento, solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina;

II – a realização de limpeza rápida das superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, com álcool líquido setenta por cento a cada viagem no transporte individual e, no mínimo, a cada turno no transporte coletivo;

III – a realização de limpeza rápida com álcool líquido setenta por cento dos equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito e débito), após cada utilização;

IV – a disponibilização, em local de fácil acesso aos passageiros, preferencialmente na entrada e na saída dos veículos, de álcool em gel setenta por cento;

V – a circulação com janelas e alçapões de teto abertos para manter o ambiente arejado, sempre que possível;

VI – a higienização do sistema de ar-condicionado;

VII – a fixação, em local visível aos passageiros, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção do COVID-19 (novo Coronavírus);

VIII – a utilização, preferencialmente, para a execução do transporte e montagem da tabela horária, veículos que possuam janelas passíveis de abertura (janelas não lacradas), utilizando os demais veículos apenas em caso de necessidade e para fins de atendimento pleno da programação de viagens;

IX – orientação a todos os responsáveis por veículos do transporte coletivo e individual, público e privado, de passageiros que instruem e orientem seus empregados, em especial motoristas e cobradores, de modo a reforçar a importância e a necessidade:

a) da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos assépticos durante a viagem, como álcool em gel setenta por cento, e da observância da etiqueta respiratória;

b) da manutenção da limpeza dos veículos;

c) do modo correto de relacionamento com os usuários no período de emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 (novo Coronavírus);

Art. 12. Fica recomendado aos usuários de todos os modais de transporte remunerado de passageiros, antes e durante a utilização dos veículos, a adoção das medidas de higienização e de etiqueta respiratória recomendadas pelos órgãos de saúde, em especial:

I – higienizar as mãos antes e após a realização de viagem nos veículos transporte remunerado de passageiros;

II – evitar o contato desnecessário com as diversas partes do veículo;

III – proteger boca e nariz ao tossir e espirrar, utilizando lenço ou a dobra do cotovelo, em respeito à tripulação e aos demais usuários e de modo a evitar a disseminação de enfermidades,

IV – utilizar preferencialmente o cartão de bilhetagem eletrônica (ônibus e lotação) e cartões de crédito e débito (táxi) como meio de pagamento, evitando a utilização de dinheiro em espécie.

Seção II

Do Transporte Público Coletivo de Passageiros

Art. 13. Fica recomendado às concessionárias do transporte coletivo por ônibus e permissionárias do transporte seletivo por lotação do Município e às empresas do transporte coletivo metropolitano:

I – a realização de limpeza rápida dos pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, a ser realizada sempre que possível e, no mínimo, ao término de cada viagem;

II – a retirada, da escala de trabalho, dos motoristas, cobradores e fiscais que se encontrem insertos nos grupos de risco identificados pelos órgãos de saúde, tais como:

a) maiores de 60 (sessenta) anos de idade;

b) doentes crônicos, como cardíacos, diabéticos, doentes renais crônicos, doentes respiratórios crônicos, transplantados, portadores de doenças tratados com medicamentos imunodepressores e quimioterápicos, etc.;

III – a disponibilização, na entrada e saída do veículo, de dispensadores de álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos usuários.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento da tabela horária no transporte coletivo por ônibus e permissionárias do transporte seletivo por lotação, o órgão de fiscalização do Município observará tolerância temporal, na hipótese de limpeza efetivamente comprovada pelas transportadoras, nos termos do inc. I deste artigo.

Art. 14. Fica autorizado e recomendado às concessionárias do transporte coletivo por ônibus a realização de viagens somente com passageiro sentados nos veículos.

Art. 15. Fica recomendado aos usuários inseridos nos grupos de risco identificados pelos órgãos de saúde, assim entendidos aqueles maiores de 60 (sessenta) anos de idade e os doentes crônicos ou que apresentem comorbidades, que organizem seus horários de deslocamento de forma a evitar a utilização do transporte coletivo por ônibus e do transporte seletivo por lotação nos seguintes horários, considerando a maior concentração de pessoas nos veículos:

I – das 6 (seis) às 9 (nove) horas;

II – das 16 (dezesesseis) às 19 (dezenove) horas.

Seção II

Do Transporte Individual Público ou Privado

Art. 16. Os veículos do transporte individual público ou privado de passageiros, executado no território do Município, deverão observar:

I – a higienização das mãos ao fim de cada viagem realizada, mediante a lavagem ou a utilização de produtos assépticos - álcool em gel 70% (setenta por cento);

II – a higienização dos equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito e débito), após cada utilização;

III – a realização de limpeza rápida dos pontos de contato com as mãos dos usuários, como painel, maçanetas, bancos, pega-mão, puxadores, cinto de segurança e fivelas;

IV – a circulação dos veículos apenas com as janelas abertas;

V – a disponibilização de produtos assépticos aos usuários - álcool em gel 70% (setenta por cento).

Art. 17. Fica recomendado aos motoristas, cobradores, fiscais e usuários de serviços de transporte coletivo ou individual de passageiros, antes e durante a utilização dos veículos, a adoção das medidas de higienização e de etiqueta respiratória recomendadas pelos órgãos de saúde, em especial:

I – higienizar as mãos antes e após a realização de viagem nos veículos transporte remunerado de passageiros;

II – evitar o contato desnecessário com as diversas partes do veículo;

III – proteger boca e nariz ao tossir e espirrar, utilizando lenço ou a dobra do cotovelo, em respeito à tripulação e aos demais usuários e de modo a evitar a disseminação de enfermidades;

IV – utilizar preferencialmente o sistema de bilhetagem (ônibus e lotação) e cartões de crédito e débito (táxi e transporte por aplicativos) como meio de pagamento, evitando a utilização de dinheiro em espécie.

Seção III Do Transporte Escolar

Art. 18. Fica suspensa a execução da atividade de transporte escolar, no território do Município, pelo mesmo período de suspensão das aulas.

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO EM GERAL

Art. 19. Os órgãos e repartições públicas, os locais privados com fluxo superior a 20 (vinte) pessoas de forma simultânea, deverão adotar as seguintes medidas ao público em geral:

I – disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento), nas suas entradas e acessos de pessoas; e

II – disponibilizar toalhas de papel descartável.

Parágrafo único. Os locais com acesso disponibilizarão informações sanitárias visíveis sobre higienização de mãos e indicarão onde é possível realizá-la.

Art. 20. Os banheiros públicos e os privados de uso comum, deverão disponibilizar sabão, sabonete detergente ou similar, e toalhas de papel descartável.

§ 1º Os banheiros deverão ser higienizados em intervalos de 3 (três) horas, com uso diuturnamente de materiais de limpeza que evitem a propagação do COVID-19, sendo obrigatoriamente higienizados no início e ao final do expediente ou horários de funcionamento do órgão, repartição ou estabelecimento.

§ 2º Durante o período em que o órgão, repartição ou estabelecimento não estiver em funcionamento, fica suspensa a periodicidade prevista no § 1º deste artigo.

Art. 21. Ficam fechados os banheiros públicos que não disponibilizarem sabonete líquido ou outra forma de higienização.

CAPÍTULO V DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 22. Para fins do disposto neste Decreto consideram-se serviços e atividades essenciais, públicos ou privados, aqueles constantes do Decreto Estadual nº 55.128/2020 e alterações posteriores, bem como do Decreto Federal nº 10.282/2020 e alterações posteriores, ou normas que vierem a substituí-los.^{7, 8}

⁷ É importante considerar que, na redação original do Decreto Estadual nº 55.128, de 18 de março de 2020, o Estado do Rio Grande do Sul não estabeleceu quais seriam os serviços e atividades essenciais. Só o fez com o Decreto Estadual nº 55.130, de 20 de março de 2020, com a introdução do § 9º ao art. 2º do Decreto Estadual nº 55.128 (e alterações posteriores). Ocorre que, no mesmo dia que foi publicado, o Poder Executivo Federal publicou, no Diário Oficial da União, o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, com uma lista mais abrangente que a estadual. Alinhando-se ao disposto no Decreto Federal, o Governo do Estado, em mais um Decreto, desta vez o de nº 55.135, de 23 de março de 2020, alterou a sua lista de serviços e atividades, mudando a redação do § 9º do art. 2º do Decreto Estadual nº 55.128/2020, para dispor, de modo muito semelhante, ao que foi estabelecido pela União. Neste dispositivo, fazemos uma remissão ao que União e Estado já estabeleceram, absorvendo, em qualquer caso, eventuais alterações.

⁸ O objetivo desse dispositivo, caso implementado na legislação local, é evitar a recorrência de modificações do texto, especialmente em vista da modificação das normas estaduais e federal que disciplinam listas de serviços e atividades essenciais. No entanto, se o Município optar por relacionar, em seu âmbito, quais são os serviços e as atividades essenciais, poderá estear-se nas razões de decidir da medida cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341-DF, pelo relator, Ministro Marco Aurélio, em 24 de março de 2020, com efeito erga omnes, segundo o qual as providências adotadas pela União não afastam os atos a serem praticados por Estados, Distrito Federal

Seção I **Da Administração Pública Direta e Indireta**

Art. 23. Os titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta deverão avaliar a possibilidade de suspensão, redução, alteração ou implementação de novas condições temporárias na prestação e acesso, bem como, outras medidas, considerando a natureza do serviço no período de calamidade pública, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de trabalho, emitindo os regramentos internos necessários.

§ 1º Nos termos deste artigo, os servidores, efetivos ou comissionados, empregados públicos ou contratados poderão desempenhar suas atribuições em domicílio, em modalidade excepcional de trabalho remoto, ou por sistema de revezamento de jornada de trabalho, no intuito de evitar aglomerações em locais de circulação comum, como salas, elevadores, corredores, auditórios, dentre outros, sem prejuízo ao serviço público.

§ 2º Fica recomendado que as reuniões sejam realizadas, sempre que possível, sem presença física.

Art. 24. A modalidade excepcional de trabalho remoto será obrigatória para os seguintes servidores:

I – com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, exceto nos dos servidores vinculados aos serviços essenciais de saúde pública;

II – gestantes;

III – doentes crônicos, como cardíacos, diabéticos, doentes renais crônicos, doentes respiratórios crônicos, transplantados, portadores de doenças tratados com medicamentos imunodepressores e quimioterápicos, etc.

e Municípios, considerada a competência concorrente, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição da República. Neste caso, sugere-se a sua referência nas cláusulas de consideradas do decreto local. Vale referir que a ADI nº 6.341-DF foi incluída em pauta para julgamento junto ao Pleno da Suprema Corte, no dia 1º de abril de 2020, e do andamento processual já consta a oposição de embargos declaratórios à medida cautelar deferida, cujo conteúdo passamos a considerar.

Art. 25. Os estagiários⁹ da Administração Pública Municipal Direta e Indireta serão encaminhados, sempre que possível, para trabalho domiciliar.

Parágrafo único. Nos casos em que não for possível o trabalho domiciliar do estagiário, será afastado das atividades, dispensado do comparecimento no órgão público, sem prejuízo da bolsa-auxílio correspondente.

Art. 26. Fica dispensada a utilização da biometria para registro eletrônico da efetividade, devendo ser realizada apenas por meio do crachá de identificação funcional ou outra forma a ser estabelecida pela chefia imediata dos órgãos ou entidades públicas.

Art. 27. Ficam suspensos os prazos de:

I – sindicâncias e os processos administrativos disciplinares, inclusive no tocante ao prazo de prescrição da punição disciplinar;

II – interposição de reclamações, recursos administrativos e recursos tributários no âmbito Municipal;

III - atendimento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação;

IV - nomeações, posses e entrada em exercício dos servidores efetivos ou temporários, cujas convocações tenham sido publicadas anteriormente a este

⁹ A situação dos estagiários deve ser avaliada pela Administração Pública, a partir das relações jurídicas existentes para a manutenção desses vínculos. Assim, por exemplo, se houver intermediação das relações de estágio por agente de integração, na forma do art. 5º da Lei nº 11.788/2008, critérios de conveniência e oportunidade poderão justificar o distrato imediato, que terá, como consequência o desligamento dos estagiários. Em outra hipótese, não havendo intermediação das relações de estágio, a Administração Pública poderá, alterando o texto sugerido nesta minuta, decretar a rescisão imediata de todos os termos de compromisso de estágio. Sugerimos uma avaliação cautelosa e ponderada sobre os efeitos de uma ou outra das alternativas, até porque delas decorrerão reflexos financeiros distintos (a manutenção dos vínculos gera a permanência de pagamento das bolsas, mas a rescisão das relações de estágio acarretará o pagamento de férias e 13º, além de gerar a obrigatoriedade da Administração Municipal entregar a todos um termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho).

Decreto, bem como os prazos de validade de concursos públicos e processos seletivos ainda vigentes;

Parágrafo único. Excetua-se ao disposto no inciso IV deste artigo os casos de ingresso de servidores profissionais da saúde e de áreas relativas ao atendimento da população, em caráter de urgência, a decorrentes desta calamidade pública.

Seção II Dos Serviços de Saúde Pública

Art. 28. Ficam imediatamente convocados todos os profissionais da saúde, servidores ou empregados da Administração Pública Municipal, bem como os prestadores de serviços de saúde, em especial aqueles com atuação nas áreas vitais de atendimento à população, para o cumprimento das escalas estabelecidas pelas respectivas chefias.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Saúde deverá elaborar Plano de Contingência e Ação¹⁰ quanto à epidemia de Coronavírus (COVID-19), que conterà, no mínimo:

I - protocolo clínico para definição de caso suspeito e fluxo de atendimento nas unidades locais do SUS;

II - níveis de resposta;

III - estrutura de comando das ações no Município;

IV - mapeamento da rede SUS, com:

a) definição dos pontos de acesso dos usuários de saúde com sintomas de casos suspeitos;

b) levantamento de leitos hospitalares para internações, bem como dos insumos e aparelhos necessários ao atendimento dos doentes;

¹⁰ O Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul – COSEMS/RS disponibiliza, no seu site, um modelo de Plano de Contingência Municipal, disponível no seguinte endereço eletrônico:

https://dbcf07cf-3712-4126-9bd1-51d1e1ba5738.usrfiles.com/ugd/4979d2_e751747d63b7460d91696b482f3db279.doc?dn=PropostaPlanoMunicipalDeContingenciaCoron [on-line] Acesso

em 19/03/2020.

c) identificação de fornecedores de bens e prestadores de serviços de saúde, na região, caso seja necessária a contratação complementar.

Parágrafo único. As ações realizadas no âmbito do Município seguirão, em qualquer hipótese, as diretrizes técnicas e clínicas do “Plano de Contingência e Ação Estadual do Rio Grande do Sul para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)” e do “Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)”.

Art. 30. A Secretaria Municipal de Saúde fará ampla divulgação, para fins de orientação social, dos riscos e medidas de higiene necessárias para evitar o contágio, bem como dos sintomas da doença e o momento de buscar atendimento hospitalar.

§ 1º As ações de que tratam este artigo poderão ser realizadas por campanhas publicitárias, em meio eletrônico, radiofônico ou televisivo, bem como por meio de orientações virtuais e remotas à população.

§ 2º Os órgãos e entidades públicos do Município difundirão, no âmbito das suas competências, o aplicativo para celular, do Ministério da Saúde, chamado “CORONAVÍRUS - SUS”, para utilização pela população.

Art. 31. É obrigatória de uso de equipamentos de proteção individual pelos agentes de saúde, bem como a ampliação das medidas de higiene e limpeza nas unidades de saúde, com ampla disponibilização de álcool gel para uso público

Art. 32. Cabe à Secretaria Municipal de Saúde estabelecer escalas de trabalho e horários de atendimento nas unidades de saúde do Município, com fins de evitar aglomeração de pessoas e viabilizar o cumprimento dos fluxos e protocolos clínicos de atendimento aos pacientes.

Seção III Do Atendimento ao Público

Art. 33. Ficam suspensas as atividades de atendimento presencial dos serviços, resguardada a manutenção integral dos serviços essenciais previstos no art. 26 deste Decreto.

Parágrafo único. Os referidos atendimentos deverão ser realizados, preferencialmente, por meio eletrônico, ou telefone, quando couber, podendo,

excepcionalmente, se realizar através de agendamento individual, mediante prévia análise da necessidade pela equipe de servidores competente.

Seção IV Dos Serviços Terceirizados e Das Parcerias

Art. 34. Os titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta que possuem termos de parceria, bem como contratos de terceirização deverão avaliar, de forma permanente, a possibilidade de suspensão, redução, alteração ou implementação de novas condições temporárias na prestação e acesso ao serviço, bem como outras medidas, considerando sua natureza no período emergencial, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de atendimento, emitindo os regramentos internos, sem prejuízo dos serviços públicos.

Seção V Dos Aposentados e Pensionistas

Art. 35. Ficam dispensados, pelo prazo de 90 (noventa) dias a realização de prova de vida dos aposentados, pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município.

Parágrafo único. Ficam excepcionado da regra prevista neste artigo os casos em que já houve o bloqueio do pagamento, em data anterior a da publicação deste Decreto, ocasião em que deverá ser realizado agendamento individual junto ao Departamento _____.

Seção VI Dos Serviços Públicos de Assistência Social

Art. 36. Ficam suspensas, a contar da data da publicação deste Decreto, todas as atividades coletivas de Assistência Social.

§ 1º Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Centro POP, Centro Dia

Idoso¹¹ e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal terão suas atividades coletivas suspensas e o atendimento ao público restringido pelo período da calamidade pública.

§ 2º Os atendimentos individuais serão ser realizados, preferencialmente, por meio eletrônico, ou telefone, quando couber, podendo, excepcionalmente, se realizar através de agendamento individual, mediante prévia análise da necessidade pelas equipes de referência respectivas.

§ 3º O Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e adultos, Instituições de Longa permanência de Idosos, Casas Lar de Idosos, República e Albergue manterão atendimento ininterrupto restringindo visitas institucionais e domiciliares, conforme especificidade.

Art. 37. A Secretaria Municipal de Assistência Social organizará, no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, plantão para atendimento de pessoas e famílias em situação de risco ou de vulnerabilidade social decorrentes de perdas ou danos causados pela ameaça de sérios padecimentos, privação de bens e de segurança material e de agravos sociais, decorrentes da epidemia de Coronavírus (COVID-19).

§ 1º Os indivíduos e famílias que acessarem a assistência social deverão ser avaliados pelas equipes de referência ou, na ausência destas, no mínimo por técnicos de nível superior, que poderá realizar o atendimento de forma eletrônica ou por telefone, quando possível.

§ 2º Mediante avaliação realizada na forma do § 1º deste artigo, serão atendidos, por meio da concessão de benefícios eventuais, os usuários e famílias que apresentarem riscos, perdas ou danos decorrentes de:

I - falta de condições de suprir a manutenção cotidiana, em especial alimentação;

II - necessidades básicas de subsistência, como gás de cozinha e itens de vestuário;

¹¹ Adaptar conforme a especificidade da estrutura do Sistema Único de Assistência Social no Município.

III - auxílio financeiro em pecúnia, mensal, limitado ao valor de R\$ _____ (_____), pelo período da calamidade pública, para manutenção de serviços essenciais de abastecimento de água, luz e comunicação.

§ 3º Os benefícios previstos no § 2º deste artigo poderão ser concedidos cumulativamente, mediante expressa manifestação das equipes de referência ou, na ausência dela, de técnico de nível superior.

§ 4º A concessão dos benefícios previstos nos incisos I e II do § 2º deste artigo será feita por meio de entregas domiciliares.

§ 5º A concessão do benefício previsto no inciso III do § 2º deste artigo será feita, preferencialmente, por meio de crédito em conta bancária de titularidade do beneficiário.

Art. 38. A atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social deverá ocorrer conjuntamente com os trabalhos da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 39. A atuação da política de Assistência Social no período da calamidade pública visa as ações de resposta imediata até o retorno progressivo das atividades de rotina da comunidade, de forma a preservar a referência e continuidade do atendimento e acompanhamento dos usuários e suas famílias nos respectivos serviços.

Art. 40. O Conselho Tutelar manterá plantão permanente para atendimento de crianças e adolescentes, visando resguardar os seus direitos.

Parágrafo único. O plantão de que trata este artigo poderá ser feito em regime domiciliar.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Aplicam-se, cumulativamente, as penalidades de multa, interdição total ou parcial da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento previstas na Lei Municipal nº _____, de _____, que institui o Código de Posturas Municipal e legislações correlatas.

Art. 42. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.¹²

¹² Caso haja interesse da Administração em revogar decretos anteriores, antes do art. 43 deverá ser incluído um novo artigo, com a seguinte redação: “Ficam revogados o(s) Decreto(s) Municipal(is) nº _____, de ___ de _____ de _____, nº _____, de ___ de _____ de _____ e nº _____, de ___ de _____ de _____”. Ressaltamos que, de acordo com o art. 9º da Lei Complementar nº 95/1998, a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Com essa inclusão, os artigos subsequentes deverão ser renumerados. Vale referir que, se as disposições anteriores sobre calamidade pública municipal estabelecidas em decreto que venha a ser, agora, revogado já tiverem sido chanceladas pela Câmara de Vereadores, com edição de lei para tanto, em nosso entendimento, seria desnecessária nova chancela, por meio de nova lei, haja vista que essa é do estado de calamidade em si, e não propriamente do texto normativo do decreto. Ainda assim, em homenagem ao princípio da harmonia entre os Poderes, deve ser encaminhado ofício com cópia do novo decreto, para conhecimento do Poder Legislativo.

ANTEPROJETO DE LEI

Reconhece a calamidade pública municipal, convalida as medidas disciplinadas no Decreto Municipal nº _____, _____, autoriza a prorrogação de vencimento dívidas de natureza tributárias e não tributárias do exercício de 2020, dispõe sobre a contratação temporária de pessoal e dá outras providências.

Art. 1º É reconhecido o estado de calamidade pública municipal em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), declarado por meio do Decreto Municipal nº _____, de _____, **e alterações posteriores.**

Art. 2º Ficam integralmente convalidadas as medidas disciplinadas no Decreto Municipal nº _____, de _____, para todos os efeitos legais e jurídicos.

Art. 3º O reconhecimento de que trata esta Lei é feito, também, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente:

I – para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. ____, da Lei Municipal nº _____, de _____, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020;

II – para efeitos da limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º Fica autorizada a prorrogação dos vencimentos de dívidas vincendas de natureza tributária e não tributária do exercício de 2020.

§ 1º As novas datas de pagamento serão fixadas em calendário do Poder Executivo a ser publicado por meio de Decreto.¹³

§ 2º O disposto no caput desse artigo não se aplica a dívidas vencidas, inscritas em Dívida Ativa, ou não.

§ 3º O pagamento das dívidas na forma do caput e § 1º desse artigo não exige a aplicação de consectários legais como atualização monetária, juros e multa mora.

Art. 5º Fica o Município autorizado a contratar os seguintes profissionais¹⁴, em caráter temporário, em razão do excepcional interesse público, para suprir as necessidades decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), até o limite das quantidades, cargas horárias e vencimentos abaixo indicados:

QUANTIDADE	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO

13 A Súmula Vinculante nº 50, do Supremo Tribunal Federal, define que data de pagamento de tributo não figura dentre os critérios de incidência tributária e, portanto, não se submete as limitações ao Poder de Tributar. Logo, data de pagamento do tributo é matéria que pode ser regulada por meio de Decreto do Poder Executivo, a ser oportunamente editado, não se submetendo ao princípio da legalidade estrita.

14 Sugerimos a verificação das disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Para os Municípios que adotaram o modelo de anteprojeto de lei de RJ, já consta essa autorização (em nosso modelo, no art. 196, inciso I, para o caso de calamidade, e no inciso II, para o caso de surto epidêmico). Se assim for, a redação do art. 5º desse modelo deve ser suprimida, cabendo ao Poder Executivo realizar as contratações que se fizerem necessárias, justificando, inclusive se for o caso, a dispensa do processo seletivo.

§ 1º As atribuições, os direitos e as obrigações das contratações previstas nesta Lei serão as constantes dos respectivos instrumentos contratuais, e aplicadas, no que couberem, as disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º As contratações de que trata este artigo serão realizadas pelo prazo inicial de _____ (_____) meses, podendo ser prorrogadas, por igual período, nos termos da legislação vigente, bem como poderão ser extintas a qualquer tempo, desde que cessada as necessidades decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

§ 3.º As despesas decorrentes das contratações temporárias previstas neste artigo correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

.....

Art. 6º Fica autorizada a prorrogação dos prazos para cumprimento de obrigações perante o Município, assumidas por produtores rurais e empreendimentos privados, no âmbito de programas de desenvolvimento econômico, pelo prazo de duração da calamidade pública reconhecida por esta Lei.

Parágrafo único. Fica delegado ao Poder Executivo a definição de novos prazos, bem como a formalização dos respectivos aditamentos contratuais.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor da data da sua publicação.

